

## DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

**Janete de Souza Mendonça<sup>1</sup>**

**Rosane da Silva Mendonça<sup>2</sup>**

**Édina Regina Baumer<sup>3</sup>**

**Resumo:** Esta pesquisa analisa os desafios e estratégias para a implementação da educação inclusiva no Brasil, com base em revisão sistemática da literatura produzida recentemente sobre a temática. A abordagem é qualitativa, exploratória e descritiva, sustentada pelos marcos legais e com foco na formação docente, práticas pedagógicas, tecnologias assistivas e inclusão por público específico. Os resultados indicam que, apesar do sólido arcabouço normativo, persistem barreiras estruturais, culturais e institucionais que dificultam a efetivação da inclusão escolar. A superação desses obstáculos exige articulação entre políticas públicas, capacitação docente, uso ético de tecnologias e transformação cultural nas escolas na direção da personalização do processo de ensino e aprendizagem. Conclui-se que a implementação da Educação Inclusiva depende de ações integradas e contínuas, pautadas na valorização da diversidade e na equidade educacional.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Deficiência. Desafios.

**Abstract:** This study investigates the challenges and strategies involved in the implementation of inclusive education in Brazil through a systematic review of the literature. Drawing on a qualitative, exploratory, and descriptive approach, the analysis is grounded in the national legal and policy frameworks and examines four central dimensions: teacher education, pedagogical practices, assistive technologies, and the inclusion of specific student populations. The findings reveal that, despite the existence of a comprehensive regulatory framework, significant structural, cultural, and institutional barriers persist, limiting the effective materialization of inclusive schooling. Addressing these obstacles requires coordinated public policies, sustained teacher professional development, the ethical and pedagogically grounded use of assistive technologies, and a cultural shift within schools toward more personalized teaching and learning processes. The study concludes that the advancement of inclusive education in Brazil depends on continuous, integrated, and context-sensitive actions that uphold diversity and promote educational equity.

**Keywords:** Inclusive education. Disability. Challenges.

<sup>1</sup> Pedagoga e Supervisora Escolar pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Professora nas escolas E.M.E.F. José Réus e E.E.B.M. Arroio Rincão. E-mail: [janetedesouzamendonca@gmail.com](mailto:janetedesouzamendonca@gmail.com)

<sup>2</sup> Pedagoga (UNESC). E-mail: [rosanedasilva.mendonca10@gmail.com](mailto:rosanedasilva.mendonca10@gmail.com)

<sup>3</sup> Pedagoga. Mestre em Educação (UNESC). E-mail: [erb@unesc.nrt](mailto:erb@unesc.nrt)

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva se estabeleceu, nas últimas décadas, como um eixo central das políticas educacionais brasileiras. Ela adota a diversidade como elemento chave para o processo de ensino e aprendizagem (Narciso et al., 2024a; De Araújo et al., 2024). Como salientam Batista et al. (2024), a inclusão na escola vai além de uma simples proposta pedagógica, trata-se de um compromisso social e ético para garantir o direito de todos a uma educação de qualidade, visando a equidade e o respeito às diferenças.

Apesar dos progressos nos âmbitos legal e conceitual, a concretização da educação inclusiva ainda enfrenta barreiras e este artigo trata da inclusão da pessoa com deficiência na escola. A literatura afirma que os desafios mais evidentes envolvem a necessidade de transformar a cultura escolar (Batista et al., 2024), superar barreiras atitudinais (Fernandes, 2024) e melhoria da formação dos profissionais da educação (Tomaz et al., 2024; Reis e Coutinho, 2025a). Pesquisas recentes mostram que muitos educadores se sentem despreparados para atender alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em sala de aula regular (Santos et al., 2025; Marques, 2021). Isso reforça a necessidade de investir na formação docente e de repensar as práticas existentes.

Hummel et al. (2021) e Possato (2024) veem no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) uma abordagem pedagógica promissora. O DUA sugere a elaboração de currículos flexíveis, que de fato contemplem as diversas formas, ritmos e contextos de aprendizagem, colaborando para diminuir as barreiras na educação.

É a partir desses desafios que a presente pesquisa se propõe a analisar os desafios e estratégias para a implementação da educação inclusiva no Brasil. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza teórica, com abordagem qualitativa e foco descritivo-exploratório. A investigação foi conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura, com base em 31 referências selecionadas, visando analisar os desafios e as estratégias para a implementação da educação inclusiva no Brasil, no período de 2019 a 2025.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva nasce como uma resposta crítica aos modelos excludentes que historicamente definiram o ambiente escolar. Trata-se de uma proposta que transcende o campo pedagógico, assumindo contornos políticos, éticos e sociais, ao reconhecer a diversidade humana como elemento central do processo educativo. Nesse sentido, a escola deve garantir condições justas de acesso, permanência e aprendizagem para todos, reconhecendo e respeitando os diferentes modos de ser, aprender e participar da vida escolar (Ferreira, 2025; Batista et al., 2024; Narciso et al., 2024a).

Mais do que um ideal, a educação inclusiva é uma necessidade urgente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Fundamentada no princípio do direito universal à educação, ela propõe que todos os alunos, independentemente de suas diferenças físicas, cognitivas, culturais, sociais ou territoriais, aprendam juntas em ambientes comuns de ensino. Essa abordagem exige uma transformação nas estruturas e na cultura escolar, invertendo a lógica tradicional: não é o aluno que deve se adaptar ao sistema, mas o sistema que deve se moldar às necessidades de todos.

No Brasil, a consolidação desse paradigma é respaldada por um conjunto normativo, alinhado a compromissos internacionais. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), articuladas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030, constituem referências fundamentais para as políticas educacionais inclusivas.

No âmbito nacional, destacam-se os seguintes marcos legais (Quadro 1), que orientam a implementação da educação inclusiva:

Quadro 1. Principais marcos legais da educação inclusiva no Brasil (1988–2015)

<b>Direito / Política</b>	<b>Ano</b>	<b>Principais Disposições</b>
Constituição Federal	1988	Estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo igualdade de condições para acesso e permanência na escola.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	1996	Determina que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, no sistema regular de ensino, abrangendo alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)	2008	Direciona os serviços de educação especial para o sistema regular, instituindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte pedagógico complementar.
Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764)	2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhecendo o TEA como deficiência e assegurando acesso integral à educação e demais direitos.
Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) / Estatuto da Pessoa com Deficiência	2015	Consolida o direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, proibindo a recusa de matrícula ou cobrança adicional, e estabelecendo diretrizes de acessibilidade física e pedagógica.
Agenda Educação 2030 / ODS 4 – Educação de Qualidade (UNESCO)	2015	Estabelece metas globais para garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, com foco na aprendizagem ao longo da vida.
Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005	2014	Estabelece metas para a universalização da educação básica e ampliação da inclusão escolar, com foco na equidade e na qualidade.
Política Nacional de Educação Especial. Decreto nº 12.686/2025	2025	Instituída a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com a finalidade de garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025, com base em legislação nacional vigente.

Apesar dos avanços legais e conceituais, a efetivação da educação inclusiva no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios significativos. A literatura aponta uma dissociação entre o que está previsto na legislação e o que se concretiza nas práticas pedagógicas. Embora o direito à educação esteja formalmente assegurado, ele nem sempre se traduz em oportunidades reais de aprendizagem e participação para todos os alunos (Ferreira et al., 2025).

Um dos principais entraves está na formação dos professores. Muitos profissionais relatam não se sentirem preparados para lidar com a diversidade presente nas turmas, o que evidencia lacunas tanto na formação inicial quanto na continuada. A ausência de disciplinas específicas nos cursos de licenciatura e a escassez de vivências práticas com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) contribuem para esse cenário (Reis & Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

Coutinho, 2025b). Além disso, barreiras atitudinais e culturais — como preconceitos arraigados e resistência às mudanças — ainda persistem, dificultando a valorização da diversidade e a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos.

Outro desafio recorrente é a falta de recursos e infraestrutura adequada. A falta de materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas, profissionais especializados e ambientes físicos acessíveis compromete a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, gerando discussões sobre como equilibrar a inclusão plena com a personalização do ensino. Soma-se a isso a dificuldade de articulação entre políticas públicas nos diferentes níveis de governo, o que afeta diretamente a continuidade e a efetividade das ações.

Diante desse panorama, diversas estratégias têm sido apontadas como caminhos possíveis para enfrentar os desafios. O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como uma proposta metodológica inovadora, fundamentada em princípios da neurociência e da acessibilidade. Ao propor múltiplas formas de engajamento, representação e expressão, o DUA busca eliminar barreiras desde a concepção do currículo, garantindo que todos os estudantes tenham acesso equitativo ao conhecimento (Ferreira, 2025; Possato, 2024; Hummel et al., 2021).

Complementarmente, a adaptação e flexibilização curricular são estratégias fundamentais para atender às especificidades de cada aluno, permitindo ajustes em conteúdos, métodos e objetivos de ensino, como determina a LDB n. 9.394/96 (Brasil, 1996). A diferenciação curricular, por sua vez, contribui para que os processos avaliativos reflitam a diversidade de trajetórias e potencialidades, promovendo uma avaliação mais justa e significativa.

A adoção de metodologias ativas, como sala de aula invertida, aprendizagem cooperativa e ensino por projetos, tem se mostrado eficaz na promoção da autonomia e do protagonismo estudantil (Narciso et al., 2024a). Essas abordagens colocam o aluno no centro do processo educativo, favorecendo a construção de ambientes mais participativos e inclusivos.

Construir uma cultura escolar inclusiva, portanto, vai muito além da adoção de práticas pedagógicas específicas. É preciso fomentar a colaboração entre professores da educação regular e especializada, fortalecer os vínculos com as famílias e comunidades, e

garantir uma gestão escolar comprometida com a diversidade (Bezerra et al., 2024). Ambientes acolhedores, acessíveis e respeitosos são fundamentais para que a inclusão aconteça de forma plena e sustentável.

Dessa maneira, o caminho para uma educação inclusiva exige mais do que boas intenções ou diretrizes legais. Ele passa por uma articulação consistente entre práticas pedagógicas inovadoras, formação docente de qualidade, uso estratégico das tecnologias, envolvimento ativo das famílias e políticas públicas integradas. Como destacam Costa, Gomes e Bezerra (2022), trata-se de um processo contínuo de transformação institucional e cultural, que deve ser assumido como um compromisso coletivo com o direito de todos os alunos à aprendizagem, à participação e ao pertencimento.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza teórica, com abordagem qualitativa e foco descritivo-exploratório, combinando elementos da revisão bibliográfica com técnicas de análise bibliométrica e análise de conteúdo, possibilitando uma síntese estruturada da produção científica sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência. A investigação foi conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura, com base em 31 referências selecionadas, visando analisar os desafios e as estratégias para a implementação da educação inclusiva no Brasil.

A busca bibliográfica foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando descritores em português tais como: “educação inclusiva”, “formação de professores”, “tecnologias assistivas”, “tecnologias da informação e comunicação”, “políticas públicas”, “práticas pedagógicas inclusivas”, “diversidade escolar” e “acessibilidade educacional”.

A seleção das referências ocorreu em três etapas iniciando por uma busca inicial com a aplicação dos descritores, que resultou em 2.312 títulos. A seguir realizou-se a filtragem preliminar em que foram aplicados critérios de relevância temática, tipo de documento e disponibilidade em texto completo, reduzindo o número para 63 títulos. Por fim foram aplicados os critérios de Inclusão dos estudos como o rigor metodológico, a atualidade e pertinência ao escopo da pesquisa. Após essa triagem, foram selecionadas 25 referências

complementadas por documentos oficiais, totalizando 31 fontes utilizadas na análise. Foram excluídos textos opinativos, resenhas e estudos que abordassem exclusivamente a educação especial em perspectiva segregadora.

As referências foram organizadas em planilhas, categorizadas por autor, instituição, ano de publicação, tipo de documento, abordagem metodológica e foco temático. Essa sistematização permitiu identificar padrões, recorrências e lacunas na produção científica, além de mapear os principais conceitos abordados, como Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), Tecnologia Assistiva (TA), formação docente e inclusão de grupos específicos.

A leitura dos artigos selecionados possibilitou a identificação de eixos temáticos recorrentes, como estratégias pedagógicas inclusivas; desafios na formação docente; uso de tecnologias no contexto da inclusão; práticas voltadas a alunos com TEA, altas habilidades e deficiência auditiva. A categorização temática foi realizada com base nos procedimentos de análise de conteúdo descritos por Bardin (2016, p. 16), “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens[...]”, obter indicadores que possibilitem a crítica dos dados e a construção de uma síntese argumentativa consistente.

Esta revisão sistemática foi orientada por quatro questões norteadoras: Quais são os principais desafios enfrentados pelas escolas brasileiras para implementar a educação inclusiva? Que estratégias pedagógicas têm se mostrado mais eficazes para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais? De que maneira as políticas públicas e as práticas institucionais contribuem ou dificultam a implementação da educação inclusiva? Como a formação e o desenvolvimento profissional dos professores impactam a eficácia da educação inclusiva?

Essas questões norteadoras foram fundamentais para delimitar o escopo da pesquisa e orientar a análise dos estudos selecionados na revisão sistemática, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos fatores que impactam a implementação da inclusão escolar no contexto brasileiro.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC



- Narciso et al. (2024) – abordam os desafios e perspectivas da inclusão escolar, com foco na (Base Nacional Comum Curricular) BNCC e na valorização da diversidade.
- Reis & Coutinho (2025) – discutem a formação docente e os marcos legais da educação inclusiva, destacando lacunas na formação inicial e continuada.
- Costa, Gomes & Bezerra (2022) – enfatizam a interseção entre formação de professores e práticas inclusivas, com foco na transformação institucional.
- Possato et al. (2024) – exploram o papel das tecnologias emergentes, no desenvolvimento da inclusão.
- Bezerra et al. (2024) – tratam da capacitação docente para o uso de tecnologia assistiva e comunicação alternativa.

Esses autores contribuem significativamente para o debate sobre práticas pedagógicas inclusivas, formação docente e uso de tecnologias no contexto da inclusão.

A formação de professores é um dos principais desafios para a efetivação da educação inclusiva. A literatura aponta que persistem lacunas na formação inicial e continuada, com ausência de conteúdos específicos sobre inclusão e despreparo para lidar com alunos com deficiência. Percebe-se também, que há resistência à mudança, aumento da carga de trabalho e foco excessivo em habilidades técnicas, em detrimento de aspectos éticos e culturais (Reis & Coutinho, 2025a; Marques, 2021).

Para superar essas barreiras, é necessário investir no desenvolvimento de competências para o uso ético de tecnologias emergentes, para a abordagem crítica sobre inclusão e diversidade e, mais especificamente, a capacitação em tecnologias assistivas e comunicação alternativa.

Essas competências são fundamentais para que o professor possa adaptar currículos, criar ambientes acolhedores e atuar como mediador de interações, promovendo respeito e colaboração. A formação docente, portanto, deve ir além da técnica, incorporando dimensões éticas, culturais e tecnológicas para garantir práticas pedagógicas inclusivas.

Para que a inclusão seja efetiva nas escolas, o planejamento deve garantir acessibilidade e participação desde o início, como determina a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), ao recomendar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem, para

uma efetiva inclusão escolar do aluno com deficiência. Para Hummel et al. (2021) e Possato (2024) uma das abordagens centrais é o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, permitindo que cada estudante aprenda de acordo com suas necessidades e potencialidades.

Além do DUA, destacam-se as metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos e sala de aula invertida, que colocam o aluno no centro do processo, estimulando autonomia e colaboração. A diferenciação instrucional — ajustando conteúdos, processos e formas de avaliação — e o ensino colaborativo, com parceria entre professores da educação regular e especial, são estratégias que reduzem barreiras no ensino-aprendizagem.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementa o ensino regular, oferecendo suporte individualizado e recursos pedagógicos adaptados. Esse atendimento pode ocorrer em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), garantindo acessibilidade e apoio especializado.

Outro ponto importante é a avaliação diferenciada e flexível, que valoriza a diversidade de aprendizagem por meio de testes, projetos e registros reflexivos. O monitoramento contínuo das práticas inclusivas assegura que as estratégias sejam ajustadas conforme as necessidades dos alunos.

Essas estratégias se completam com o uso de tecnologias assistivas e digitais que ampliam as possibilidades de participação. De acordo com De Lima et al. (2021) esses recursos vão desde ferramentas tradicionais, como leitores de tela e softwares de comunicação alternativa, até inovações como realidade aumentada e robótica. Quando integradas a práticas pedagógicas inclusivas, essas ferramentas contribuem para criar ambientes acolhedores, colaborativos e adaptados à diversidade (De Araújo et al., 2024).

A Tecnologia Assistiva (TA) é reconhecida como ferramenta essencial para viabilizar a inclusão. Ela é definida como o conjunto de recursos e serviços para ampliar a funcionalidade, autonomia e a participação de estudantes com deficiência no contexto educacional (De Lima et al., 2021).

As tecnologias emergentes — incluindo inteligência artificial, realidade virtual e aumentada e plataformas adaptativas, oferecem possibilidades para personalizar a aprendizagem, criar experiências imersivas e apoiar a avaliação das necessidades individuais.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

Para condições específicas, como TDAH, essas ferramentas podem apoiar o aprimoramento da atenção e oferecer tutores inteligentes e plataformas adaptativas (De Araújo et al., 2024).

Apesar do potencial, a adoção dessas ferramentas exige formação docente contínua, infraestrutura adequada e atenção às questões éticas (De Paiva e Oliveira Barbosa, 2023). Quando integradas a práticas pedagógicas inclusivas, as tecnologias reduzem barreiras, promovem ambientes mais colaborativos e adaptados à diversidade.

Nesse contexto, as Tecnologias Assistivas (TA) e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm se consolidado como aliadas estratégicas na promoção da inclusão. Ferramentas como Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), VLibras, Realidade Aumentada, Robótica Educacional e Interfaces Cérebro-Computador (ICC) ampliam as possibilidades de acesso, comunicação e participação dos estudantes (De Lima et al., 2021; De Paiva e Oliveira Barbosa, 2023). No entanto, para que essas tecnologias cumpram seu papel de forma efetiva, é indispensável investir na formação contínua dos professores, que precisam estar preparados para integrar esses recursos de maneira ética, criativa e contextualizada (Gomes et al., 2024; Carvalho et al., 2025).

Para a educação inclusiva acontecer de fato exige-se que as práticas pedagógicas sejam moldadas às necessidades de cada aluno. A literatura revisada confirma que personalizar estratégias é um caminho para garantir participação ativa e evitar desigualdades. Esses recursos vão de soluções tradicionais a inovações digitais, com impacto diferenciado nos diversos grupos de alunos, como descrito abaixo:

Os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) requerem currículos flexíveis e métodos estruturados, como TEACCH, ABA e PECS, aliados a adaptações no ambiente para favorecer concentração e apoio emocional (Bezerra; De Toledo; Sigolo, 2023). Beneficiam-se de práticas individualizadas, com uso de recursos visuais, rotinas estruturadas, atividades lúdicas e abordagens como o Ensino Estruturado e a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), voltadas ao desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e cognitivas (Bezerra et al, 2023).

Já os alunos surdos precisam de apoio especializado, com a presença de intérprete de Libras capacitado, que atuem como mediadores linguísticos e culturais, associados com recursos visuais e legendas, garantem mediação linguística e acesso completo ao currículo

(De Paiva e Oliveira Barbosa, 2023). E os alunos com deficiência visual precisam de recursos como Braille, Soroban, cartografia tátil e leitores de tela é indispensável. Esses recursos ampliam o acesso ao conteúdo e dão autonomia (Narciso et al., 2024; Fernandes, 2024).

Os alunos com altas habilidades/superdotação (AH/SD) demandam enriquecimento curricular e estratégias que respeitem seu ritmo acelerado, estimulando sua curiosidade e criatividade (Aragão et al., 2024) como a flexibilização de conteúdos e oportunidades de aprofundamento compatíveis com seu potencial. Os estudos reforçam que a inclusão escolar não pode se basear em abordagens padronizadas. Devem personalizar estratégias pedagógicas para atender às necessidades individuais e construir espaços que sejam, de fato, inclusivos.

Apesar de todos os avanços em leis, conceitos e tecnologias, a inclusão escolar no Brasil ainda enfrenta obstáculos e desafios persistentes que se interligam e reforçam uns aos outros. O estudo aponta três grandes categorias de barreiras (Narciso et al., 2024).

As barreiras atitudinais e sociais que envolvem preconceito, estigmas e aquela ideia limitada de que inclusão significa apenas colocar o aluno na sala (presença física), sem garantir sua participação de forma real no aprendizado. As barreiras físicas e organizacionais que se relacionam à falta de estrutura adequada, à escassez de materiais didáticos adaptados, à ausência de profissionais especializados e à resistência da própria escola em flexibilizar o currículo e as práticas pedagógicas. E as barreiras político-institucionais e de implementação que dizem respeito à gestão do sistema. São as políticas públicas que não se conversam (fragmentação), a desigualdade no acesso a tecnologias e a falta de diretrizes claras para uso de recursos avançados, como Inteligência Artificial (IA) e Interfaces Cérebro-Computador (ICC).

Esses pontos mostram que ter uma boa lei não é suficiente. É necessário transformar a cultura escolar e garantir condições reais para que a inclusão aconteça. Isso exige políticas públicas integradas, financiamento adequado, formação docente contínua e engajamento coletivo. Somente com ações que se completam e que se sustentam no tempo, será possível consolidar uma escola que veja a diversidade como um valor pedagógico e social.

Apesar dos avanços legais, a implementação efetiva da inclusão escolar ainda enfrenta desafios. A distinção entre integração e inclusão permanece uma questão central: enquanto a integração exige que o aluno se adapte ao sistema, a inclusão demanda que o sistema se transforme para acolher a diversidade (Batista et al., 2024). Essa perspectiva é reforçada pela BNCC, que propõe currículos flexíveis e práticas pedagógicas adaptadas, articuladas ao uso de tecnologias assistivas (BNCC, 2021).

## 5 CONCLUSÕES

A pesquisa confirmou o cenário da educação inclusiva no Brasil: embora o país disponha de um arcabouço legal sólido e de diretrizes pedagógicas que valorizam a diversidade, a prática ainda deixa a desejar devido a obstáculos significativos.

A revisão sistemática revelou cinco eixos centrais que estruturam o debate atual (formação docente, estratégias pedagógicas, tecnologias e recursos de suporte, inclusão por público específico e barreiras estruturais). Esses eixos nos mostram que inclusão é muito mais do que apenas colocar o aluno na sala de aula. Exige uma transformação radical na cultura da escola, nas práticas de ensino e na sua estrutura.

Essa transformação reside em três pilares interligados: a personalização das estratégias de ensino, respeitando as necessidades individuais; o uso adequado de tecnologias assistivas, como apoio à acessibilidade e à autonomia; e a formação docente contínua, garantindo práticas inclusivas efetivas.

A tecnologia é uma aliada importante, mas não substitui o papel do educador. Sua eficácia depende da integração com práticas pedagógicas críticas e éticas, em ambientes que acolham a diversidade.

Conclui-se que superar as barreiras identificadas, sejam elas atitudinais, estruturais ou institucionais, exige políticas públicas integradas, financiamento adequado e engajamento coletivo. Somente com ações articuladas e sustentadas será possível consolidar uma cultura escolar que reconheça a diversidade como princípio fundamental para a equidade e a justiça social.

## REFERÊNCIAS

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

ARAGÃO, M. R et al. A educação especial para estudantes com altas habilidades/ superdotação: desafios e possibilidades. **Revista Ilustração**, v. 5, n. 9, p. 109-121, 2024.

BATISTA, R. L. F et al. A inclusão e os grandes desafios para educação. **Revista Foco**, v. 17, n. 1, p. e4266-e4266, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEZERRA, E. S et al.. Espaços Escolares Inclusivos: marcos legais, bases conceituais e desafios projetuais. **Arq. urb**, n. 37, p. 112-126, 2023.

BEZERRA, E. T et al. A formação de professores para o uso de tecnologia assistiva e comunicação alternativa na educação inclusiva. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 10, p. 77-91, 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm).

BRASIL. Decreto n.º 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 4, 21 out. 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm).

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. São Paulo: **Midiatrix Editora**, 2021. Disponível em: <<https://educabrasil.com.br/base-nacional-comum-curricular-bncc/>>.

CARVALHO, G. R et al. Tecnologia assistiva na educação: promovendo inclusão e autonomia para estudantes com deficiência. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 1, p. 1222-1236, 2025.

COSTA, A. L. O et al. Formação docente e educação inclusiva: elementos para uma interseção. **Reflexão e Ação**, v. 30, n. 2, p. 148-161, 2022.

DE ARAUJO, E. M. M et al. A importância do desenvolvimento de tecnologias de interface cérebro-computador (ICC) para alunos com necessidades especiais. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 5, p. e4581-e4581, 2024.

DE LIMA, C. J et al. Tecnologia assistiva e tradução para Libras: desafios da ferramenta de tradução automática de vídeos VLibras. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, p. e385101220720-e385101220720, 2021.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

DE PAIVA, Sayury Kato; DE OLIVEIRA BARBOSA, Luiz Sergio. Análise de métodos de inclusão de pessoas surdas nas faculdades na área de programação: superando barreiras e promovendo a diversidade. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 12, p. e4124687-e4124687, 2023.

FERNANDES, Petrucia Isamara. **A narrativa da história de vida de um professor cego**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Cajazeiras, 2024.

FERREIRA, Ana Virginia Queiroz Juca. A educação inclusiva no Brasil: reflexões sobre práticas, políticas e desafios. **Revista Científica Imperium**, 2025. Disponível em: <https://imperium.org.br/a-educacao-inclusiva-no-brasil-reflexoes-sobre-praticas-politicas-e-desafios>.

GOMES, J. P et al. Tecnologias assistivas na educação inclusiva e sua aplicabilidade para a inclusão de alunos autistas nas escolas. **Lumen et virtus**, v. 15, n. 43, p. 8196-8204, 2024.

HUMMEL, E. I et al. Desenho universal de aprendizagem e a educação inclusiva: Desafios e perspectivas na prática pedagógica docente Universal design of learning and inclusive education: Challenges and perspectives in teaching pedagogical practice. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 12, p. 115083-115093, 2021.

MARQUES, Stela. Formação docente e inclusão educacional: reflexões sobre breve formação continuada no âmbito das neurociências. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 11, n. 2, p. 1-e31856, 2021.

NARCISO, R et al. A BNCC e a educação inclusiva: implicações na formação de professores. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 2, p. e2788-e2788, 2024a.

NARCISO, R et al. Inclusão escolar: desafios e perspectivas para uma educação mais equitativa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, p. 713-728, 2024b.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York, 2006.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Salamanca: UNESCO, 1994.

POSSATO, A. B et al. Educação 5.0 E Inclusão: Explorando O Potencial Das Tecnologias Emergentes Para Pessoas Com Deficiência. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. e1390-e1390, 2024.

POSSATO, M. Desenho Universal para a Aprendizagem: caminhos para a inclusão escolar. **Revista Educação e Diversidade**, v. 19, n. 1, p. 77-93, 2024.

REIS, Marcos Ribeiro; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Formação de professores para a educação inclusiva: Desafios e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 1, p. 2386-2405, 2025a.

REIS, Marcos Ribeiro; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Políticas públicas e marcos legais da educação inclusiva no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 1, p. 161-176, 2025b.

SANTOS, J. F et al. Práticas pedagógicas inclusivas e formação continuada: uma abordagem interdisciplinar. *Revista Inclusão em Debate*, v. 12, n. 3, p. 33–50, 2025.

SANTOS, Q. P et al. A importância da formação de professores para promover práticas pedagógicas inclusivas em diferentes espaços educacionais. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 1, p. 788-803, 2025.

TOMAZ, R. M et al. A BNCC e a educação inclusiva: implicações para a prática docente. *Revista Brasileira de Currículo*, v. 15, n. 2, p. 112–130, 2024.

UNESCO. Educação para o desenvolvimento sustentável na escola: ODS 4, educação de qualidade. **Brasília: UNESCO**, 2020. ISBN: 978-85-7652-258-4. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375079.locale=en>.